



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a O MUNICÍPIO DE ASTORGA e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao PREGOEIRO por meio do fax (44) 3234-8700.

A não remessa do recibo exime o PREGOEIRO da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

_____, _____ de _____ de 2017.

Carimbo e assinatura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

EDITAL

Processo Administrativo nº. 057/2017 **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** **EDITAL PPRP 023/2017**

➤ **OBJETO:** A presente licitação é exclusiva para participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de medicamentos destinados aos pacientes do Departamento Municipal de Saúde desta municipalidade, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital.

➤ **VALOR MÁXIMO GLOBAL:** R\$ 1.416.696,60 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

➤ **ENTREGA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO:** até as 08:30 (oito horas e trinta minutos) do dia 17 de julho de 2017, **no setor de protocolos da Prefeitura do Município de Astorga-PR.**

➤ **ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** dia 17 de julho de 2017, às 09:00 (nove horas), **no Auditório da Prefeitura do Município de Astorga-PR.**

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

➤ **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** No Paço Municipal, sito à Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48 – 2º andar – Centro – Astorga – PR.

➤ **ESCLARECIMENTOS:** através do telefone/*fac-símile* (44) 3234-8700, e-mail: compras@astorga.pr.gov.br e na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48 – Centro – Astorga – PR.

➤ **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília-DF.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ASTORGA, com sede Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 48 – Centro, nesta cidade, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e Decreto Municipal nº. 036/2007 e 106/2007, através da Divisão de Compras e Suprimentos, torna público para o conhecimento dos interessados, que faz realizar procedimento de licitação exclusivo para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade **PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL**, sob nº **023/2017**, do tipo **Menor Preço Por Item**, no dia **17 de julho de 2017, às 09:00 horas**, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.

➤ **OBJETO:** A presente licitação é exclusiva para participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de medicamentos destinados aos pacientes do Departamento Municipal de Saúde desta municipalidade, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital.

➤ **VALOR MÁXIMO GLOBAL:** R\$ 1.416.696,60 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

➤ **ENTREGA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO:** até as 08:30 (oito horas e trinta minutos) do dia 17 de julho de 2017, **no setor de protocolos da Prefeitura do Município de Astorga-PR.**

➤ **ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** dia 17 de julho de 2017, às 09:00 (nove horas), **no Auditório da Prefeitura do Município de Astorga-PR.**

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

➤ **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** No Paço Municipal, sito à Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48 – 2º andar – Centro – Astorga – PR.

➤ **ESCLARECIMENTOS:** através do telefone/fac-símile (44) 3234-8700, e-mail: compras@astorga.pr.gov.br e na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48 – Centro – Astorga – PR.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

► **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília-DF.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, na sala de reuniões do Paço Municipal, situada na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48, centro, na cidade de Astorga-PR.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 009/2017, de 03/01/2017.

II - OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital.

III - CONSULTAS AO EDITAL

- 3.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no quadro de avisos localizado no *hall* de entrada do Paço Municipal, sito na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48, na cidade de Astorga-PR, e poderá ser obtida junto ao Pregoeiro, no horário de 8h às 11h30min e de 13h às 17h30min.
- 3.2. As empresas e/ou representantes interessados na presente licitação deverão acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial do Município – JORNAL O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, de Maringá-PR, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 3.3. As licitantes deverão, ao retirar o presente Edital, preencher o “RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL” e remetê-lo ao PREGOEIRO por meio do fax (44) 3234-3877.
- 3.4. Os pedidos de esclarecimento sobre o edital deverão ser feitos através do e-mail compras@astorga.pr.gov.br, e no Paço Municipal, no endereço e horários citados no item 3.1.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação apenas as Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, cujo ramo seja compatível com o objeto ora licitado, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos.

4.2. Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/93;
- b) que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;
- c) que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja a forma de constituição.
- e) inadimplentes ou em atraso no cumprimento de obrigação assumida com o Município, até o seu efetivo cumprimento.

4.3. A observância do disposto no item “4.2” é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

V - CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, hora e local designado no edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido dos documentos que demonstrem que detém poderes para a prática de atos inerentes ao pregão.

5.2. As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio administrador, desde que apresente o original ou cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou instrumento de registro comercial (certidão simplificada), registrado no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 60 (sessenta) dias, acompanhado de documento oficial de identificação que contenha fotografia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

5.2.1. A representação também poderá ser realizada por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo II** com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes a licitação, juntamente com o documento oficial de identificação que contenha fotografia do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.

5.2.2. As licitantes que, por ocasião do credenciamento, apresentarem a documentação relativa à habilitação jurídica, ficam dispensadas de reapresentá-los no momento de aferição da habilitação.

5.3. A licitante deverá apresentar a Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Declaração de Idoneidade), conforme modelo (ANEXO V) e comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno, cujos documentos deverão ser apresentados apartados dos Envelopes 1 e 2, no início da abertura da sessão de licitação, com vistas à aferição das condições procedimentais para a condução do certame e observância dos princípios constitucionais e do direito administrativo.

5.3.1. A licitante para participar da presente licitação, seja como MICROEMPRESA ou como EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, com um dos seguintes documentos:

- a) certidão simplificada emitida e registrada pela respectiva junta comercial, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 60 (sessenta) dias;**
- b) declaração da empresa, emitida por seu representante legal, de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, constituídas na forma da Lei Complementar n. 123/2006.**

5.3.2. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.3.3. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, sujeitará o licitante, nos termos do art. 7º, da Lei n. 10.520/02, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, como também caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

5.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.2, 5.2.1, 5.3 e 5.3.1 deverão vir **FORA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**.

5.5. A falta ou incorreção do documento mencionado no item 5.2 e 5.2.1 não implicará na exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

5.5.1. A não apresentação do documento mencionado no item 5.3. importará na desclassificação da Licitante e exclusão do certame licitatório.

5.5.2. A declaração conforme item 5.3. poderá ser emitida por próprio punho, no ato da sessão, caso esteja presente o representante legal da licitante proponente ou procurador devidamente habilitado para o referido ato.

5.6. Nos termos do art. 4º, da Lei n. 10.520/02, a ausência de credenciamento, seja pela não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos para o credenciamento, seja por sua apresentação irregular, impede a prática de atos inerentes ao certame, notadamente, a formulação de lances orais e a manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, exceto, neste último caso, por questões afetas ao próprio credenciamento.

5.7. A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, da sala da sessão, sem a sua substituição formal ou sem autorização expressa do Pregoeiro, impede, na sua ausência, a prática de atos inerentes ao pregão.

5.8. O credenciamento da licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

5.9. Cada licitante terá apenas um representante nesta licitação que, por sua vez, somente representará uma única empresa.

5.10. A licitante cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após abertura do primeiro envelope "proposta" será considerada retardatária. Nesta hipótese admitir-se-á sua participação tão-somente como ouvinte.

VI - PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados (ver Preâmbulo), em 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, rubricados no fecho e deverão conter em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1: PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE ASTORGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ/MF

ENVELOPE Nº 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ASTORGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ/MF

VII - PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo do **Anexo III**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, em uma via, impressa ou manuscrita em letra legível, de preferência em papel timbrado da empresa, assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores autorizados, sem entrelinhas, rasuras ou borrões, com indicação do número deste certame, identificação da empresa proponente, nº do CNPJ, endereço, números de telefone e *fac-símile*, *e-mail*, e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado.

7.2. Nas propostas apresentadas e lances formulados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e tributos incidentes sobre o objeto; bem como fretes, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto e despesas necessárias e indispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e devem ser elaboradas em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos e ainda deverá conter:

- Preços unitários e preço total dos itens, expressos em reais apenas 2 (dois) dígitos após a vírgula;
- Especificação do objeto, inclusive a **MARCA**, observadas as características exigidas no presente instrumento convocatório;
- Cotar os objetos de ótima qualidade e 1ª linha.**

7.3. Serão aceitas propostas que não contemplem todos os itens.

7.4. A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

7.5. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pela licitante, no ato da entrega de sua Proposta.

7.6. A apresentação da Proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e será considerada como evidência de que a proponente:

- Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve do Pregoeiro todas as informações necessárias para a sua formulação;
- Considerou que os elementos desta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

c) Sendo vencedor da Licitação, assumirá integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto em todas as fases.

7.7. A licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

7.8. Para fins de ofertar celeridade ao certame, é conveniente que as licitantes tragam à sessão de julgamento do pregão, a proposta de preço em meio eletrônico (*pen drive*) para, se possível, a adequação, impressão e entrega da proposta equalizada ao final da sessão do pregão.

7.9. A licitante detentora do menor preço na etapa de lances do Pregão deverá apresentar proposta comercial ajustada ao preço final, conforme modelo do Anexo III.

VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar os seguintes documentos, necessários à habilitação no certame:

8.1.1. Quanto à habilitação jurídica:

a) registro comercial, **no caso de empresa individual, devidamente registrada no órgão competente, acompanhado dos documentos pessoais de seu titular;**

b) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social **e todas as alterações posteriores, ou** contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS 01: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

OBS 2: Se este(s) documento(s) já tiver(em) sido(s) entregue(s) para o credenciamento é desnecessária a sua reapresentação no Envelope de Habilitação.

8.1.2. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Certidão Negativa de débitos relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, na forma da lei;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou órgão equivalente, do domicílio ou sede do proponente, na forma da lei.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo site: www.tst.jus.br, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

8.1.3. Quanto à qualificação econômica financeira:

a) Termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, lucros e prejuízos acumulados, extraídos do **LIVRO DIÁRIO, registrado ou autenticado pela Junta comercial, referentes ao último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

a.1) somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541, de 1992;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

b) será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00 conforme Anexo VIII, observada a norma da alínea “b.2”;

b.1) os índices mencionados na alínea “b” deste subitem devem ser calculados pela licitante (Anexo VIII), sob pena de inabilitação;

b.2) a empresa que não tiver alcançado os índices exigidos na alínea “b” (acima), será habilitada desde que tenha capital social equivalente a 10% (dez por cento) do valor médio estimado da contratação.

c) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas de preço.

8.1.4. Declarações:

a) Declaração de Responsabilidade (Anexo IV);

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, (modelo do Anexo VI), assinada por representante com poderes para agir em nome da empresa;

c) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo no Anexo VII);

8.2. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*, que estarão sujeitas à verificação da autenticidade no site correspondente, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão.

8.2.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

8.2.1.1. No dia da sessão de abertura dos envelopes, concernente a este certame, não será realizada autenticação de documentos.

8.2.2. Os documentos mencionados neste Título **não** poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

8.2.3. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ter sido emitidos até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

8.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que deveriam ter sido entregues na própria sessão, sendo que a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação da licitante, destacando, porém, que este município poderá relevar vícios formais que não comprometam a seriedade e substancialidade da proposta, atendendo-se sempre o princípio da boa-fé e o princípio da supremacia do interesse público.

8.5. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica, autenticada (item 8.2 ou subitem 8.2.1).

IX - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. Na data e horário definidos no preâmbulo do presente edital, será aberta a sessão de processamento da presente licitação.

9.2. Inicia-se a sessão pública com o credenciamento dos interessados em participar do certame, a apresentação da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e, se for o caso, do documento comprobatório da condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

9.3. Após o credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope 1, contendo a proposta de preço.

9.3.1. O Pregoeiro, após a abertura das Propostas, procederá à verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas no edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) com valor superior ao preço máximo fixado no presente edital (Anexo I);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

d) que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

e) com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto contratual;

f) que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.

9.3.2. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o PREÇO UNITÁRIO.

9.3.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.3.4. A licitante que tiver sua proposta desclassificada será devolvido, ainda lacrado, o respectivo envelope que contiver sua habilitação.

9.3.5. A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

9.3.6. Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.4. O Pregoeiro classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

9.4.1. Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas neste item, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.5. Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais pelas proponentes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.5.1. Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances.

9.5.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.5.3. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.5.4. Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade da proposta escrita de menor preço com o disposto no presente Edital.

9.5.5. Se houver apenas uma proposta, desde que atenda a todos os termos do edital e, ainda, sendo compatível com o valor de mercado, esta poderá ser aceita.

9.6. Encerrada a etapa de lances e constatando o Pregoeiro que há, entre as licitantes, micro e/ou pequena empresa procederá nos termos do disposto no Capítulo X deste Edital.

9.6.1. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.7. A licitante detentora do menor preço deverá encaminhar ao Pregoeiro a **Proposta, AJUSTADA AO PREÇO FINAL**, no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão do Pregão, sob pena de desclassificação.

9.7.1. Para fins de ofertar celeridade a certame, é conveniente que as licitantes tragam à sessão de julgamento do pregão, a proposta de preço em meio eletrônico (*pen drive*) para, se possível, a adequação, impressão e entrega da proposta na própria sessão do pregão.

9.7.2. A proposta ajustada ao preço final poderá ser encaminhada via fax, com posterior encaminhamento da via original ao Pregoeiro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

9.8. Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope “Documentação de Habilitação” da licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação.

9.8.1. Sem prejuízo do disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, eventuais falhas ou irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação poderão ser feitas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.8.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.8.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

9.10. Se a proposta não for aceitável ou a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

9.11. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido melhor preço.

9.12. Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do Pregão para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9.12.1. Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro até nova sessão de continuidade do julgamento.

9.13. Na reunião lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelas licitantes.

X - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento está definido no Anexo I deste edital, desde que observadas as especificações, prazos e outras condições estabelecidas nos item 9.3.1 e seguintes deste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

10.2. O valor máximo aceitável para a presente licitação é o indicado no Anexo I.

10.3. Para efeito de julgamento, **SERÃO DESCONSIDERADOS VALORES A PARTIR DA TERCEIRA CASA DECIMAL**, inclusive esta, caso apresentados.

10.4. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo ou, ainda, adotar medidas saneadoras quando cabíveis.

XI - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

11.1 A licitante vencedora estará obrigada, quando solicitado pelo pregoeiro, a fornecer amostra e parecer técnico do objeto cotado.

11.2. As amostras, quando solicitadas, deverão ser apresentadas no prazo máximo de 02 (dois) dias, mediante protocolo, sem ônus para o Município, juntamente com a proposta de preços ajustada, conforme o disposto neste edital.

11.3. A apresentação das amostras em desconformidade com os itens 11.1 e 11.2 ou com a proposta apresentada, implicará na desclassificação da licitante para o respectivo item.

11.4. As amostras apresentadas pela licitante vencedora serão retidas, sem ônus e definitivamente pelo Município, para confronto e controle de qualidade no ato de entrega do objeto correspondente.

11.5. O Município poderá, a seu critério, realizar testes com as amostras apresentadas, a fim de verificar se as mesmas estão em conformidade com as especificações do objeto cotado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

11.5.1. Será desclassificado o item correspondente à amostra que for justificadamente, reprovada por parecer da Comissão específica, nomeada especialmente para esta finalidade.

XII - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

12.1. As impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão (*Preâmbulo*), sendo que para a licitante, o prazo será de até 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão de abertura dos envelopes.

12.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no endereço indicado no item 3.1. deste edital.

12.3. Declarado a vencedora (item 9.9), qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como, a falta da apresentação das razões do recurso, nos termos do item 12.3, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

12.3.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os recursos e as impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos**:

a) ser dirigidos ao Chefe do Poder Executivo, **aos cuidados do Pregoeiro**, conforme estabelecido nos itens 12.1 e 12.3;

b) ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo, **aos cuidados do Pregoeiro**, nos casos de anulação ou revogação, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93;

c) ser apresentado em uma via original, datilografada ou impressa, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal** da licitante, **devidamente comprovado**;

d) ser protocolado no Setor de Protocolo do Paço Municipal, na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48, centro, na cidade de Astorga-PR, CEP 86.730-000.

12.5. Os recursos serão apreciados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.6. A decisão acerca do recurso interposto será comunicada a todas as licitantes por meio de publicação no Diário Oficial do Município (Jornal O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ) e, ainda, estará disponível no quadro de avisos do Paço Municipal.

12.7. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

12.8. O Município não se responsabilizará por razões e contra razões de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item 12.4 "d" e por isso, não sejam protocolados no prazo legal.

XIII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto a licitante vencedora, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

13.2. Impetrado recurso, após decidido, o Pregoeiro divulgará a decisão, por publicação no Diário Oficial do Município (Jornal O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ) e no quadro de avisos do Paço Municipal, competindo à autoridade superior adjudicar o objeto a licitante vencedora e homologar o procedimento licitatório.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

XIV - DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão em **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta consta do Anexo IX.

14.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias, contados da convocação da(s) adjudicatária(s) pelo Município, ocasião em que, se necessário, deverão ser atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com a Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

14.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), conforme o contrato social e, na hipótese de nomeação de procurador, deverá o respectivo instrumento ser apresentado juntamente com documento oficial de identidade com fotografia do representante, atendidas as exigências do subitem 14.2.

14.4. A critério do Município, o prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária.

14.5. No interesse do Município, sobre o valor total efetivamente adquirido por meio da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, poderá haver acréscimo ou redução de até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou a supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte, para a licitante vencedora, direito a qualquer reclamação ou indenização.

14.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

14.7. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

14.8. O Município não estará obrigado a adquirir o objeto deste PREGÃO da detentora da Ata de Registro de Preços.

XV - DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

15.1. Dentro do período de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o Município emitirá “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO”.

15.1.1. O Município reserva-se o direito de enviar a mencionada “Autorização de Fornecimento” via *fac-símile* ou via endereço eletrônico (*e-mail*).

15.2. O não fornecimento do objeto pela licitante implicará na sua desistência, e o sujeitará às penalidades previstas nos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93 (e alterações). Neste caso, o Município poderá convocar as remanescentes, na ordem de classificação do pregão, para aceitar o objeto e fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou então, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

XVI - DA ENTREGA DO OBJETO

16.1. As entregas serão mediante a Autorização de Fornecimento e deverão ocorrer no local especificado neste documento, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 17h30min, ficando a vencedora obrigada também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no Anexo I deste Edital.

16.1.1. As entregas serão parceladas, conforme necessidade do órgão solicitante.

16.2. A Divisão competente do Município designará o funcionário para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do fornecimento dos objetos, o qual se manifestará antes da realização do pagamento à respectiva beneficiária, sobre o desempenho da mesma, no cumprimento de suas obrigações.

16.3. Os objetos serão recebidos:

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega no Município, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas no Edital e constantes na(s) proposta(s) vencedora(s);

b) **Definitivamente**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos e consequente aceitação.

16.4. Os objetos serão recusados:

a) Se entregues com especificações diferentes das contidas na proposta da Licitante Vencedora;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

b) Se entregues com qualquer defeito de fabricação.

16.5. Caso não cumprido as exigências deste Edital, a Licitante Vencedora será comunicada a retirar o objeto no local de entrega e no prazo de 01 (um) dia a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, da sua proposta e da Ata de Registro de Preços, sem nenhum ônus para o Município.

16.5.1. Nesta hipótese será suspenso o pagamento até que seja sanada a situação, no prazo determinado pelo Município, independente de aplicação de sanções cabíveis, podendo esta determinar o cancelamento do item da Ata de registro de Preços.

XVII - DO PRAZO DE ENTREGA

17.1. Os fornecedores deverão proceder a entrega dos objetos no prazo estabelecido no Anexo I deste edital a contar do recebimento e no local constante da Autorização de Fornecimento, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

XVIII - DO PAGAMENTO

18.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado para o exercício 2017 está prevista e indicada no processo pelo Departamento competente do Município, sob o nº:

06.004.10.305.0012.2.040.3.3.90.30.00.00. - 1497 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1040 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1495 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1039 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1040 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1495 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1498 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 31320 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1039 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1498 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 31320 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1496 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1499 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 31333 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 41686 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 1510 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 33497 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.034.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

18.1.1. Ultrapassado o exercício financeiro de 2017, o Município adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

18.2. As condições e prazos de pagamento estão fixados no Anexo I deste edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

XIX - DA REVISÃO DE PREÇOS

19.1. OS PREÇOS DAS PROPOSTAS PERMANECERÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS PELO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

19.2. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

19.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

19.4. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo Município.

19.5. O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes.

19.6. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos da contratada e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Município, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos objetos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

19.6.1. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

19.7. Deferido o pedido, o Município providenciará a revisão dos preços.

19.7.1. Não sendo acatado o pedido de revisão, o Município poderá:

a) liberar a licitante vencedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores na ordem classificatória visando igual oportunidade de negociação.

19.8. ESCLARECEMOS QUE NÃO SERÃO ACEITOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ANTES DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

19.9. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado à época vigente.

19.10. Independentemente da solicitação de que trata o subitem anterior o Município poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Astorga.

XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) tiver presentes razões de interesse público.

20.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

20.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

XXI - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

21.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar o documento equivalente, implicará no pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da proposta apresentada.

21.2. Se a licitante vencedora ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

21.3. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) **advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **Detentora da Ata de Registro de Preços** concorrido diretamente;

b) **multa de 10%** (dez por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor total estimado para fornecimento dos objetos entregue com atraso, até o quinto dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea “c” deste item;

c) **multa de 30%** (trinta por cento), sobre o valor total estimado para o fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, podendo, ainda, ser cancelado o preço registrado na forma da lei;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.4. No caso de aplicação de qualquer das sanções previstas neste Capítulo, caberá interposição de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste Capítulo, não exclui a responsabilidade da licitante inadimplente, por eventuais perdas e danos causados ao Município.

21.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e deverá ser paga ao Município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de sua aplicação ou poderão ser descontadas dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

XXII - DA RESCISÃO DA ATA DE PREÇOS

22.1. Caberá rescisão do presente instrumento caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

22.2. A licitante vencedora reconhece os direitos do Município, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

XXIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O preço máximo estimado para o presente processo licitatório é o estabelecido no Anexo I deste edital.

23.2. O Pregoeiro não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

23.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

23.4. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e em seus anexos é complementar entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omite em outro será considerado especificado e válido.

23.5. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

23.5.1. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

23.5.2. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

23.6. As decisões do Chefe do Executivo Municipal e do Pregoeiro do Município serão publicadas no Diário Oficial do Município (Jornal O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ), quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

23.7. A participação de licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como, das demais normas legais que disciplinam a matéria.

23.8. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado.

23.9. O Município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

23.10. Os fornecimentos realizados em decorrência da licitação serão efetuados independentemente de contrato formal, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei nº 8666/93, reconhecendo desde já a licitante que as Autorizações de Fornecimento/Nota de Empenho expedidas representam compromisso entre as partes.

23.11. A critério do Município, o item poderá ter o registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

23.12. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.13. A quantidade dos objetos relacionados no Anexo I serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos mesmos, o preço permanecerá inalterado.

23.14. A detecção, pelo Município, a qualquer tempo durante a utilização dos objetos adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

23.15. O Município avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

23.16. O fornecedor se obriga a manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação.

23.17. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I: Descrição do Objeto;

ANEXO II: Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III: Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO IV: Declaração de Responsabilidade;

ANEXO V: Declaração de Idoneidade;

ANEXO VI: Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação;

ANEXO VII: Declaração que não emprega menores de idade;

ANEXO VIII: Modelo de Cálculo para Qualificação Econômico-financeira;

ANEXO IX: Minuta de Ata de Registro de Preços.

23.18. Fica eleito o foro da Comarca de Astorga-PR, Estado do Paraná, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Astorga-PR, 30 de Junho de 2017.

ROGÉRIO SCARAMELLO BARBOSA
Pregoeiro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Processo Administrativo nº. 057/2017 **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** **EDITAL PPRP 023/2017**

1. DO OBJETO -

A presente licitação é exclusiva para participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de medicamentos destinados aos pacientes do Departamento Municipal de Saúde desta municipalidade, conforme descrições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁX. UNIT.	VALOR MÁX. TOTAL.
1	ACEBROFILINA XAROPE 5 MG/ML FCO C/ 120 ML	FRASCO	1000	4,23	4.230,00
2	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1 MG COMP.	COMP	300	7,76	2.328,00
3	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,04	1.200,00
4	ACIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO	COMP	15000	0,10	1.500,00
5	ACIDO VALPRÓICO 300 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	1,14	1.140,00
6	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,47	2.350,00
7	ADRENALINA 1 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	100	4,34	434,00
8	ÁGUA DESTILADA 10 ML AMPOLAS 10 ML	AMPOLA	100	0,25	25,00
9	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML AMPOLAS 10 ML	UND	1000	0,25	250,00
10	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,74	3.700,00
11	ALBENDAZOL 40 MG/ML FRASCO	FRASCO	1000	1,73	1.730,00
12	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,65	3.900,00
13	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,19	1.900,00
14	AMPICILINA 500 MG CÁPSULAS	CAPS	20000	0,26	5.200,00
15	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,09	900,00
16	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,55	11.000,00
17	AMITRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,18	9.000,00
18	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULAS	CAPS	25000	0,27	6.750,00
19	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	UND	1000	4,84	4.840,00
20	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSP. FCO C/ 70 ML	FRASCO	300	25,26	7.578,00
21	ANLÓDIPINO 5 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,11	3.300,00
22	ATENÓLOL 50 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,05	2.500,00
23	ATROPINA 0,25 MG/ML AMPOLAS	AMPOLA	50	0,55	27,50
24	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,85	5.100,00
25	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL COM DILUENTE E SERINGA DOSADORA	UND	1000	6,73	6.730,00
26	BACLOFENO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	500	0,24	120,00
27	BAMIFILINA 300 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	1,73	8.650,00
28	BAMIFILINA 600 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	2,77	13.850,00
29	BECLOMETASONA 250 MCG/DOSE, AEROSOL ORAL COM ESPAÇADOR	UND	300	68,42	20.526,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

30	BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE, AEROSSOL NASAL AQUOSO	UND	300	54,02	16.206,00
31	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200000 UI, PÓ PARA SUSPENSÃO INJ. COM DILUENTE	UND	1000	7,97	7.970,00
32	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI, PÓ PARA SUSPENSÃO INJ. COM DILUENTE	UND	500	5,43	2.715,00
33	BETAISTINA 24 MG COMPRIMIDO	COMP	1440	0,61	878,40
34	BRIMATOPROST COLIRIO FCO C/ 3 ML	FRASCO	200	50,89	10.178,00
35	BRIMATOPROST 0,03 % + MAL. DE TIMOLOL 0,5 % COLÍRIO	UND	100	115,14	11.514,00
36	BRIZOLAMIDA COLÍRIO FCO C/ 5 ML	FRASCO	30	82,61	2.478,30
37	BROMAZEPAM 3 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,08	1.600,00
38	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5 MCG FRASCO C/ 60 DOSES	FRASCO	50	361,05	18.052,50
39	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 4 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	30	3,07	92,10
40	BROMOPRIDA 5 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	10	1,43	14,30
41	BUDESONIDA 32 MCG/DOSE, SUSPENSÃO EM SPRAY NASAL FRASCOS	FRASCO	200	25,42	5.084,00
42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,69	20.700,00
43	CANDERSARTAM CILEXETIL 16 MG COMPRIMIDO	COMP	1080	1,50	1.620,00
44	CANDERSARTAM CILEXETIL + HTZ 16/12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	1080	1,67	1.803,60
45	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,05	2.500,00
46	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,15	4.500,00
47	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	FRASCO	300	9,52	2.856,00
48	CARBAMAZEPINA CR 400 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	2,43	2.430,00
49	CARBAMAZEPINA CR 200 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	1,12	1.120,00
50	CARBONATO DE CALCIO + VITAMINA D 1500 MG + 400 UI (EQUIVALENTE A 600 MG DE CA++) COMPRIMIDO	COMP	12000	1,65	19.800,00
51	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CA++) COMPRIMIDO	COMP	3000	0,16	480,00
52	CARBONATO DE LÍCIO 300 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,26	1.300,00
53	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,44	4.400,00
54	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,36	3.600,00
55	CARVEDILOLO 3,25 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,35	2.100,00
56	CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA 0,5 % COLIRIO FCO	FRASCO	50	23,32	1.166,00
57	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULAS	CAPSUL	10000	0,96	9.600,00
58	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	FRASCO	500	19,24	9.620,00
59	CEFTRIAXONA INJETAVEL 500 MG FCO	FRASCO	1000	7,60	7.600,00
60	CEFTRIAXONA INJETAVEL 1GRAMA FCO	FRASCO	2000	3,29	6.580,00
61	CETOPROFENO 100 MG/ML INJETÁVEL FCO	FRASCO	200	4,30	860,00
62	CETOROLACO DE TROMETAMINA FCO C/ 5 ML	FRASCO	50	42,75	2.137,50
63	CICLOBENZAPRINA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	0,40	1.200,00
64	CILOSTAZOL 100 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,91	4.550,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA ESTADO DO PARANÁ

65	CINARIZINA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,25	1.250,00
66	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,71	14.200,00
67	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,32	1.600,00
68	CITALOPRAM 20 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,37	1.850,00
69	COMPLEXO B AMPOLA 2 ML	AMPOLA	50	1,42	71,00
70	CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	5,69	17.070,00
71	CLOMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,99	19.800,00
72	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML FRASCO	FRASCO	1000	2,96	2.960,00
73	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	0,12	120,00
74	CLONIDINA 0,150 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	0,34	340,00
75	CLONIDINA 0,200 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	0,44	440,00
76	CLORPROMAZINA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	0,57	1.710,00
77	CLOR. DE AMBROXOL INFANTIL 120 ML FRASCO	FRASCO	1500	2,64	3.960,00
78	CLOR. DE BUPROPIONA 150 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,53	3.180,00
79	CLOR. DE DILTIAZEM 60 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,34	680,00
80	CLOR. DE IMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	1440	0,44	633,60
81	CLOR. DE LEVOMEPRIMAZINA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	1,25	6.250,00
82	CLOR. DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML + EPINEFRINA 0,005 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	20	17,00	340,00
83	CLOR. DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	20	2,94	58,80
84	CLOR. DE MEBEVIRINA 200 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	5,10	5.100,00
85	CLOR. DE METILFENIDRATO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	1,45	29.000,00
86	CLOR. DE METILFENIDRATO 18 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	13,15	26.300,00
87	CLOR. DE METILFENIDRATO 36 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	17,86	35.720,00
88	CLOR. DE METILFENIDRATO 54 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	17,87	35.740,00
89	CLOR. DE METOCLOPRAMIDA 7 MG +DIMETICONA 40 MG +PEPSINA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	1,26	1.260,00
90	CLOR. DE PAROXETINA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,42	8.400,00
91	CLOR. DE PILOCARPINA 2 % FCO C/ 10 ML	FRASCO	50	27,97	1.398,50
92	CLOR. DE TICLOPIDINA 250 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,67	1.340,00
93	CLOR. DE TIORIDAZINA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	1,90	9.500,00
94	CLOR. DE SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	15000	0,66	9.900,00
95	CLOPIDOGREL 75 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	1,04	2.080,00
96	CLORTALIDONA 12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,11	5.500,00
97	CLORTALIDONA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,27	13.500,00
98	DEXAMETASONA 1MG/G CREME BISNAGA	UND	3000	1,28	3.840,00
99	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCOS	FRASCO	300	1,54	462,00
100	DESCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,11	550,00
101	DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,06	300,00
102	DIAZEPAM 10 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	20	0,89	17,80



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA ESTADO DO PARANÁ

103	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,12	600,00
104	DEXTRANO HIPROMELOSE COLÍRIO	UNID	20	19,69	393,80
105	DICLOFENACO DE NA 75 MG/ML AMPOLAS	AMPOLA	3000	0,94	2.820,00
106	DICLOFENACO DE POTASSIO GTAS FCO C/ 20 ML	FRASC	500	5,07	2.535,00
107	DIMENIDRATO 100 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,41	4.100,00
108	DIMENIDRATO 50 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	30	3,51	105,30
109	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA COMPRIMIDO	COMP	3000	0,69	2.070,00
110	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30 MG COMPRIMIDO	COMP	1080	15,23	16.448,40
111	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 50 MG COMPRIMIDO	COMP	1080	18,46	19.936,80
112	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70 MG COMPRIMIDO	COMP	1080	18,46	19.936,80
113	DIMETICONA GOTAS 75 MG/ML FCO C/ 15 ML	FRASC	1000	1,88	1.880,00
114	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	2,01	60.300,00
115	DIPIRONA GOTAS FRASCOS	FRASCO	2000	1,35	2.700,00
116	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	3,29	3.290,00
117	DIVALPROATO DE SODIO 500 MG COMPRIMIDO	COMP	9000	3,32	29.880,00
118	DIVALPROATO DE SODIO 250 MG COMPRIMIDO	COMP	9000	1,70	15.300,00
119	DOCUSATO SODICO + BISACODIL COMPRIMIDO	COMP	2000	0,52	1.040,00
120	DOMPERIDONA SUSPENSÃO FCO COM 100 ML	FRASCO	300	17,40	5.220,00
121	DORZOLAMIDA 2 % COLIRIO FCO C/ 5 ML	FRASCO	100	31,04	3.104,00
122	DORZOLAMIDA + TIMOLOL COLIRIO FCO C/ 5 ML	FRASCO	150	39,63	5.944,50
123	DOXAZOSINA 2 MG COMPRIMIDO	COMP	4500	0,18	810,00
124	ENALAPRIL 10 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,15	7.500,00
125	ANALAPRIL 20 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,19	9.500,00
126	ESCITALOPRAM 10 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	0,45	450,00
127	ESPIRONOLACTONA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,52	2.600,00
128	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,26	2.600,00
129	ESOMEPRAZOL MAGNESICO 40 MG COMPRIMIDO	COMP	1400	2,84	3.976,00
130	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL TUBO	TUBO	100	11,49	1.149,00
131	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3 MG COMPRIMIDO	COMP	5600	1,40	7.840,00
132	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20 MG COMPRIMIDO	COMP	5600	2,68	15.008,00
133	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/40 MG COMPRIMIDO	COMP	2800	3,84	10.752,00
134	FENITOÍNA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,28	5.600,00
135	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,18	3.600,00
136	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO	FRASCO	300	3,98	1.194,00
137	FENOTEROL GOTAS	UND	200	3,41	682,00
138	FENOXIMETILPENICILINA 500.000 MG COMPRIMIDO	COMP	2400	1,56	3.744,00
139	FINASTERIDA 5 MG	COMP	3000	1,08	3.240,00
140	FUROSEMIDA 40 MG	UND	20000	0,05	1.000,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA ESTADO DO PARANÁ

141	FUROSEMIDA 10 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	20	0,96	19,20
142	FUMARATO DE FORMOTEROL 12 MCG FRASCO C/ 60 DOSES	FRASCO	500	122,98	61.490,00
143	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULAS	CAPS	1000	0,44	440,00
144	FLUOXETINA 20 MG CÁPSULAS	CAPS	30000	0,11	3.300,00
145	GATIFLOXACINO COLIRIO FCO C/ 5 ML	FRASCO	100	41,61	4.161,00
146	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,13	3.900,00
147	GLICAZIDA MR 30 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,87	1.740,00
148	GLICOSE 50 % AMPOLA 10 ML	AMPOLA	50	0,33	16,50
149	GLIMEPIRIDA 4 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	0,29	870,00
150	GABA+LISINA+TIAMINA+PIRIDOXINA +PANT. CÁLCIO XAROPE FCO C/ 100 ML	FRASCO	100	10,80	1.080,00
151	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,24	480,00
152	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,19	950,00
153	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	50	1,66	83,00
154	HEMIFUMARATO DE ALISQUIRENO 300 MG COMPRIMIDO	COMP	336	5,18	1.740,48
155	HEPARINA SÓDICA 5000 UNIDADES/0,25 ML AMPOLAS	AMPOLA	50	7,50	375,00
156	HIDROCORTISONA 100 MG FRASCOS	FRASCO	30	4,30	129,00
157	HIDROCORTISONA 500 MG FRASCOS	FRASCO	30	9,59	287,70
158	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,04	2.000,00
159	IBANDRONATO DE SÓDIO 150 MG COMPRIMIDO	COMP	24	114,83	2.755,92
160	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSÃO FRASCOS	FRASCO	300	2,16	648,00
161	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,16	4.800,00
162	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO	FRASCO	50	1,14	57,00
163	ISSORBIDA (MONONITRATO) 40 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,39	1.950,00
164	ITRACONAZOL 100 MG CÁPSULAS	CAPS	1000	0,96	960,00
165	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	COMP	400	0,53	212,00
166	LACTULOSE FRASCOS C/ 120 ML	FRASCO	200	15,62	3.124,00
167	LATANOPROST COLIRIO FCO C/ 2,5 ML	FRASC	50	75,93	3.796,50
168	LATANOPROST + MALEATO DE TIMOLOL COLÍRIO FCO C/ 2,5 ML	FRASC	50	84,70	4.235,00
169	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG COMPRIMIDO	COMP	15000	2,77	41.550,00
170	LEVONORGESTREL + ETILESTRADIOL 0,15 + 0,03 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,48	9.600,00
171	LEVOTIROXINA (SÓDICA) 100 MCG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,16	3.200,00
172	LEVOTIROXINA 50 (SÓDICA) 50 MCG COMPRIMIDO	COMP	25000	0,19	4.750,00
173	LEVOTIROXINA (SÓDICA) 25 MCG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,18	3.600,00
174	LISINOPRIL 10 MG COMPRIMIDO	COMP	500	0,76	380,00
175	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,08	400,00
176	LORATADINA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO	FRASCO	300	2,96	888,00
177	LORAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,23	1.380,00
178	LOSARTANA (POTÁSSICA) 50 MG COMPRIMIDO	COMP	60000	0,06	3.600,00
179	MANIDIPINA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	7,78	7.780,00
180	METANOSSULFONATO DE MAPROTILINA	COMP	2000	2,84	5.680,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

	25 MG COMPRIMIDO				
181	METFORMINA (CLORIDRATO) 850 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,12	6.000,00
182	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,61	18.300,00
183	METOCLOPRAMIDA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,18	900,00
184	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO	FRASCO	300	1,35	405,00
185	METOPROLOL 25 MG COMPRIMIDO	COMP	10000	0,81	8.100,00
186	METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	1,64	32.800,00
187	METRONIDAZO 100 MG/G GELÉIA VAGINAL C/ 10 APLICADORES	UND	200	6,64	1.328,00
188	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,19	380,00
189	METRONIDAZOL 40 MG/ML (BENZOATO) SUSPENSÃO ORAL	UND	200	5,22	1.044,00
190	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/G CREME DERMATÓLOGICO BISNAGA	UND	100	2,77	277,00
191	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/G CREME VAGINAL C/ 14 APLICADORES BISNAGA	UND	200	8,17	1.634,00
192	MIRTAZAPINA SOLTAB 30 MG COMPRIMIDO	COMP	5600	5,39	30.184,00
193	MICKANIA GLOMERATA SPRENGL (GUACO) SOLUÇÃO ORAL FRASCO	FRASCO	500	6,47	3.235,00
194	MOMETASONA FUROATO 120 DOSES SPRAY NASAL	UNID	200	81,44	16.288,00
195	NIFEDIPINO 20 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,14	7.000,00
196	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,12	6.000,00
197	NIMESULIDA GOTAS FCO C/ 15 ML	FRASC	1000	2,05	2.050,00
198	NITROFURANTOÍNA 100 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,27	1.350,00
199	NORETISTERONA 0,35 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,32	640,00
200	NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	0,41	8.200,00
201	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25 MG CÁPSULA	CAPS	5000	0,49	2.450,00
202	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULAS	CAPS	50000	0,08	4.000,00
203	OXCARBAMAZEPINA 300 MG COMPRIMIDO	COMP	20000	1,14	22.800,00
204	PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,10	3.000,00
205	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO	FRASCO	500	1,11	555,00
206	PASTA DAGUA BISNAGA	UND	200	2,40	480,00
207	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	0,70	2.100,00
208	PERMANGANATO 100 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,70	1.400,00
209	PERMETRINA 10 MG/ML LOÇÃO FRASCOS	FRASCO	200	2,88	576,00
210	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO FRASCO	FRASCO	200	3,55	710,00
211	PIRIMETAMINA 25 MG COMPRIMIDO	COMP	500	0,14	70,00
212	PERICIAZINA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,56	1.120,00
213	PROPANOLOL 40 MG COMPRIMIDO	COMP	30000	0,06	1.800,00
214	PERICIAZINA 1 % GTAS FCO C/ 20 ML	FRASCO	50	10,84	542,00
215	PERICIAZINA 4 % GTAS FCO C/ 20 ML	FRASCO	50	21,00	1.050,00
216	PREDNISOLONA (FOSFATO SÓDICO) EQUIVALENTE A 3 MG/ML FRASCO	FRASCO	300	6,77	2.031,00
217	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,52	2.600,00
218	PIOGLITAZONA 15 MG COMPRIMIDO	COMP	4000	1,80	7.200,00
219	PIROXICAM 20 MG CÁPSULA	CAPS	5000	0,26	1.300,00
220	PRIMECOLINO 1 % CREME C/ 30 GRAMAS	UNID	10	380,34	3.803,40
221	PROPAFENONA 300 MG COMPRIMIDO	COMP	1500	1,38	2.070,00
222	PROMETAZINA 25 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	10	2,42	24,20



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

223	PROPATILNITRATO 10 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	0,55	550,00
224	RAMIPRIL 2,5 MG COMPRIMIDO	COMP	500	0,69	345,00
225	RAMIPRIL 5 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	1,11	5.550,00
226	RANITIDINA 25 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	50	1,05	52,50
227	RISPERIDONA 2 MG	UND	10000	0,98	9.800,00
228	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL ENVELOPE	UND	5000	0,91	4.550,00
229	SALBUTAMOL (SULFATO) 100MCG/DOSE AEROSSOL ORAL C/ 200 DOSES, C/ ESPAÇADOR	UND	500	25,50	12.750,00
230	SECNIDAL 1 G CÁPSULAS	CAPS	1000	2,80	2.800,00
231	SINVASTATINA 20 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,11	5.500,00
232	SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO	COMP	50000	0,24	12.000,00
233	ROSULVASTATINA CALCICA 10 MG COMPRIMIDO	COMP	1000	1,78	1.780,00
234	SALBUTAMOL XAROPE FCO C/ 120 ML	FRASCO	1000	1,66	1.660,00
235	SULFADIAZINA 500 MG COMPRIMIDO	COMP	3000	0,22	660,00
236	SULFATO DE CONDRITINA + GLUCOSAMINA CAPS	CAPSUL	1500	3,60	5.400,00
237	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML FRASCOS	FRASCO	300	3,16	948,00
238	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,21	1.050,00
239	SULFATO FERROSO 40 MG DE FE COMPRIMIDO	COMP	10000	0,07	700,00
240	TARTARATO DE BRIMONIDINA 2% COLÍRIO FCO C/ 5 ML	FRASC	200	31,67	6.334,00
241	TARTARATO DE BRIMONIDINA +MALEATO DE TIMOLOL COLÍRIO FCO C/ 5 ML	FRASC	200	106,97	21.394,00
242	TERBUTALINA 0,5 MG/ML AMPOLAS	AMPOLA	20	3,15	63,00
243	TRAVAPROST COLIRIO FCO C/ 2,5 ML	FRASC	300	68,20	20.460,00
244	TIAMINA (CLORIDRATO) 300 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,29	580,00
245	TIMOLOL (MALEATO) 5 MG/ML FRASCOS	FRASCO	50	5,24	262,00
246	TOPIRAMATO 50 MG COMPRIMIDO	COMP	6000	0,27	1.620,00
247	VARFARINA (SÓDICO) 5 MG COMPRIMIDO	COMP	5000	0,26	1.300,00
248	VALSARTANA 320 MG COMPRIMIDO	COMP	1500	1,09	1.635,00
249	VALSARTANA +ANLÓDIPINO 80/5 MG COMPRIMIDO	COMP	1500	2,36	3.540,00
250	VALSARTANA +ANLÓDIPINO 160/5 MG COMPRIMIDO	COMP	1500	2,38	3.570,00
251	VALSARTANA +ANLÓDIPINO 320/5 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	3,64	7.280,00
252	VALSARTANA +ANLÓDIPINO 320/10 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	3,20	6.400,00
253	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA 160/12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	1,94	3.880,00
254	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA 160/25 MG COMPRIMIDO	COMP	2000	0,96	1.920,00
255	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5 MG COMPRIMIDO	COMP	1500	0,87	1.305,00
256	VILDAGLIPTINA +METFORMINA 50/850 MG COMPRIMIDO	COMP	2240	1,83	4.099,20
257	VIPOCETINA COMPRIMIDO	COMP	3000	1,12	3.360,00
258	VITAMINA C 100 MG/ML AMPOLA	AMPOLA	50	1,17	58,50



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

2 - VALOR MÁXIMO: O valor máximo unitário desta Licitação são os constantes na tabela acima, tendo o valor máximo total de **R\$ 1.416.696,60 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).**

3 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: O critério de julgamento será o de Menor Preço por Item.

4 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta licitação apenas as Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, cujo ramo seja compatível com o objeto ora licitado, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos.

4.2. Deverão estar também incluídos no envelope nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS, juntamente com a proposta de preços e o comprovante exigido no item 4.2., o seguinte documento:

4.2.1. Autorização de funcionamento de medicamentos comuns e medicamentos especiais ativa.

4.3. As autorizações de funcionamento poderão ser emitidas via internet, cuja autenticidade será confirmada pelo Pregoeiro durante a sessão.

5 - FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA:

5.1. As entregas serão parceladas e deverão ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2. A(s) Empresa(s) Fornecedora(s) deverá(ão) proceder a entrega dos materiais na Farmácia do Departamento Municipal de Saúde, localizado na Rua Joaquim Nabuco, nº 100, em Astorga-PR.

5.3. A Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela Licitante vencedora, sem autorização do Município por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações da licitante vencedora:

- a) fornecer os medicamentos em estrita conformidade com este termo;
- b) fornecer os medicamentos a partir do recebimento “Autorização de Fornecimento”, durante toda a vigência da Ata, pelo valor fixado na proposta;
- c) responsabilizar-se pela qualidade dos medicamentos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados ao município e/ou a terceiros na execução do contrato;
- d) assumir inteira responsabilidade por danos causados ao município e/ou a terceiros, por ação ou omissão, culpa ou dolo de seus empregados e/ou prepostos;
- e) proceder à entrega dos medicamentos, de acordo com todas as normas de segurança vigentes;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem autorização do município por escrito;
- g) aceitar, nas mesmas condições fixadas na Ata de Registro de Preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- h) manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- i) cumprir as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados;
- k) atender prontamente às reclamações do município, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto fornecido com vícios, defeitos ou incorreções;
- l) assumir inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados na execução do objeto;
- m) substituir, de imediato, às suas expensas, os medicamentos que não se adequarem às especificações registradas na Ata;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

- n) comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

6.2. São obrigações do Município:

- a) notificar a Empresa Fornecedora, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos medicamentos;
- b) efetuar o pagamento na forma estipulada;
- c) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução da Ata de Registro de Preços;
- d) supervisionar a execução da Ata de Registro de Preços;
- e) zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7 – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante nota fiscal definitiva;

7.2. O pagamento somente será efetuado após a certificação na Nota Fiscal pelo fiscal da Ata de Registro de Preços de que o Fornecedor cumpriu todas as exigências e condições da proposta e da Ata de Registro de Preços.

7.3. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela licitante vencedora, independentemente de notificação Judicial ou Extrajudicial.

7.4. A Licitante Vencedora deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- a) Certidão Negativa de débitos relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Para execução do pagamento de que trata o item 7.2, a Licitante Vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição dos materiais licitados, o preço unitário e total, conta bancária, o nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 08.561.107/0001-10, conforme a origem da receita para pagamento a ser indicada na Autorização de Fornecimento/Requisição para emissão da Nota Fiscal, fazendo menção a este processo licitatório e a Ata de Registro de Preços.

7.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Licitante Vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o município.

7.7.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante Vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8 - FISCAL DE CONTRATO:

8.1. A fiscalização da execução do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal da Ata de Registro de Preços o seu exercício.

8.2. A fiscalização da execução do objeto será realizada pelos membros da comissão de recebimento de mercadoria do Departamento de Saúde.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº.057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, como representante da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sito à Rua _____, cidade de _____, para participar da licitação acima referenciada, instaurada pelo Município de Astorga, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe **plenos poderes** para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, assinar documentos, manifestar-se em nome da empresa, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e renunciar ao direito de interpô-lo, e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

(Local) _____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____

Nome legível: _____

Qualificação: _____

ATENÇÃO: RECONHECER FIRMA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Processo Administrativo nº. 057/2017 **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** **EDITAL PPRP 023/2017**

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:

Nome de Fantasia (se houver):

CNPJ nº

Endereço:

Conta Bancária:

Telefone:

Fax:

e-mail:

Lote	Item	Descrição	Marca	Unid	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

Valor Global da Proposta (por extenso):

Prazo de validade da proposta:

Representante:

Nome:

CPF:

RG:

Cargo:

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preço em anexo;

2 - Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;

3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e frete para a entrega dos materiais;

4 - Que o prazo de entrega é o constante no anexo I do Edital de Abertura do Certame, a contar da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente;

5 - Que os materiais cotados são de 1ª linha e ótima qualidade;

6 - A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o material, e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Edital o número do item e a quantidade de cada material entregue, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação da Nota Fiscal para pagamento;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e data.

**Identificação e assinatura do representante ou
credenciado**

→A licitante deverá preencher sua proposta, conforme item 7.1 deste Edital.

→Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.

Proc. Adm. nº 057/2017

Edital nº PPRP N°023/2017

Página 37 de 34

Av. Dr. José Soares de Azevedo, 48 – Fone (44) 3234-8700 – CEP 86730-000 – Astorga – PR

E-mail: prefeitura@astorga.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Processo Administrativo nº. 057/2017 **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** **EDITAL PPRP 023/2017**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob modalidade _____ nº ____/____, instaurado pelo Município de Astorga, que:

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato;
- temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, e as leis que regem a matéria, bem como a este Edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local e data) _____

Assinatura do representante legal

OBS: Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº _____, sediada _____(Endereço completo), **DECLARA**, sob as penas da lei, que **CUMPRE** todos os requisitos habilitatórios do EDITAL DE _____ (modalidade da Licitação) Nº ____/____ do Município de Astorga.

_____, _____ de _____ de 2017.

(nome completo do representante da empresa, nº da C.I. e assinatura)

OBS: Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

(NOME DO PROFISSIONAL OU DA EMPRESA), CNPJ nº _____, _____ (endereço completo), **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame licitatório aberto através do EDITAL _____ (modalidade da Licitação) e nº ____/____, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

_____, _____ de _____ de 2017.

(nome completo do representante da empresa, nº da C.I. e assinatura)

OBS: Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017

(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº _____,
sediada _____ (endereço completo), **DECLARA**, sob as penas da lei, para os devidos fins e especialmente para o Edital _____ (modalidade de licitação) nº ____/____, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2017.

(nome completo do representante da empresa, nº da C.I. e assinatura)

OBS: Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

ANEXO VIII – MODELO DE CÁLCULO PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Processo Administrativo nº. 057/2017 **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS** **EDITAL PPRP 023/2017**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de “liquidez corrente” (LC); “liquidez geral” (LG) e “solvência geral” (SG). Assim, a empresa **deverá** calcular os referidos índices utilizando as fórmulas constantes do quadro abaixo.

Os índices calculados deverão acompanhar, obrigatoriamente, as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

- liquidez corrente: índice maior ou igual a 1,00
- liquidez geral: índice maior ou igual a 1,00
- solvência geral: índice maior ou igual a 1,00

Se os índices apresentados forem menores que os indicados acima, estarão habilitadas as empresas que, comprovadamente, demonstrarem que se enquadram na alínea “b.2” do subitem 8.1.3. do Edital nº _____ (modalidade da licitação) nº ____/____.

MODELO DE CÁLCULO **ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

_____, _____ de _____ de 2017.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

OBS: A análise econômico financeira deverá ser calculada pela licitante e ser emitida em papel timbrado da empresa ou com carimbo da empresa juntamente com a assinatura de seu representante.

OBS: Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura de seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

ANEXO IX - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº. 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL PPRP 023/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2017

Aos dias do mês de do ano dois mil e dezesseis, na sala de reuniões do Paço Municipal de Astorga, situado na Avenida Dr. José Soares de Azevedo, 48, 2º andar, centro, na cidade de Astorga-PR, o MUNICÍPIO DE ASTORGA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, o senhor, brasileiro, casado,, portador da Cédula de Identidade RG nº SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado na cidade de Astorga/PR, em conformidade com o resultado do Pregão nº ____/____ (Processo Administrativo nº ____/____), devidamente homologado às fls. ____ do aludido processo, resolve, nos termos Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, do Decreto Federal nº 5.450 de 31/05/2005 e da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventuais aquisições de medicamentos destinados aos pacientes do Departamento Municipal de Saúde desta municipalidade, da empresa vencedora da licitação, conforme indicada nesta Ata, em conformidade com as cláusulas e demais condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a eventual aquisição, pelo Município, de..... da empresa vencedora da licitação, conforme Edital do Pregão para Registro de Preços nº ____/____ e a proposta da EMPRESA, cujos termos são parte integrante da presente Ata:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor global da presente Ata é de R\$,... (...).
2.2. Os valores constantes (item 2.1 desta cláusula) constituirão a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais, incluindo o frete e todos os custos diretos e indiretos da EMPRESA, inclusive os encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre os mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS

3.1. OS PREÇOS DAS PROPOSTAS PERMANECERÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS PELO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
3.2. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do respectivo Edital.
3.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais aplicáveis a espécie.
3.3.1. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo Município.
3.4. O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes.
3.5. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Município, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos materiais, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento dos materiais, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

3.6. Deferido o pedido, o Município providenciará a revisão dos preços.

3.6.1. Não sendo acatado o pedido de revisão, o Município poderá:

a) liberar a fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores na ordem classificatória visando igual oportunidade de negociação.

3.7. ESCLARECEMOS QUE NÃO SERÃO ACEITOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ANTES DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

3.8. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado à época vigente.

3.9. Independentemente da solicitação de que trata o subitem anterior o Município poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Astorga.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

5.1. O Município não estará obrigado a adquirir os materiais contidos nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.2. Dentro do período de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o Município emitirá “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO”.

5.3. O não fornecimento do objeto pela EMPRESA implicará na sua desistência, e a sujeitará às penalidades previstas nos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93 (e alterações). Neste caso, o Município poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para aceitar o objeto e fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

5.4. A EMPRESA estará obrigada a atender a todas as ordens “AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO” expedidas durante a vigência da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DA EXECUÇÃO

6 - FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA:

6.1. As entregas serão parceladas e deverão ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.2. A(s) Empresa(s) Fornecedora(s) deverá(ão) proceder a entrega dos materiais na Farmácia do Departamento Municipal de Saúde, localizado na Rua Joaquim Nabuco, nº 100, em Astorga-PR.

6.3. A Ata de Registro de Preços não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela Licitante vencedora, sem autorização do Município por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA ESTADO DO PARANÁ

7.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado para o exercício 2017 está prevista e indicada no processo pelo Departamento competente do Município, sob o nº:

06.004.10.305.0012.2.040.3.3.90.30.00.00. - 1497 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1040 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.30.00.00. - 1495 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1039 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.035.3.3.90.32.00.00. - 1040 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1495 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 1498 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.30.00.00. - 31320 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1039 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 1498 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.301.0012.2.036.3.3.90.32.00.00. - 31320 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1039 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1496 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1499 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 31333 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.302.0012.2.038.3.3.90.30.00.00. - 41686 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 1510 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.304.0012.2.039.3.3.90.30.00.00. - 33497 - MATERIAL DE CONSUMO
06.004.10.301.0012.2.034.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

7.1.1. Ultrapassado o exercício financeiro de 2017, o Município adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante apresentação de nota fiscal.

7.3. O pagamento somente será efetuado após a certificação na Nota Fiscal pelo fiscal da Ata de Registro de Preços de que a EMPRESA FORNECEDORA cumpriu todas as exigências e condições da proposta e da Ata de Registro de Preços.

7.4. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela EMPRESA FORNECEDORA, independentemente de notificação Judicial ou Extrajudicial.

7.5. A EMPRESA FORNECEDORA deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- a) Certidão Negativa de débitos relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.6. Para execução do pagamento de que trata o item 7.2, a EMPRESA FORNECEDORA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição dos materiais licitados, o preço unitário e total, conta bancária, o nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 08.561.107/0001-10**, conforme a origem da receita para pagamento a ser indicada na requisição para emissão da Nota Fiscal, fazendo menção a este processo licitatório e a Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

7.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à EMPRESA FORNECEDORA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

7.7.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município.

7.7.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado à EMPRESA FORNECEDORA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

8.1. Constituem obrigações da EMPRESA:

- a) fornecer os medicamentos em estrita conformidade com este termo;
- b) fornecer os medicamentos a partir do recebimento “Autorização de Fornecimento”, durante toda a vigência da Ata, pelo valor fixado na proposta;
- c) responsabilizar-se pela qualidade dos medicamentos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados ao município e/ou a terceiros na execução do contrato;
- d) assumir inteira responsabilidade por danos causados ao município e/ou a terceiros, por ação ou omissão, culpa ou dolo de seus empregados e/ou prepostos;
- e) proceder à entrega dos medicamentos, de acordo com todas as normas de segurança vigentes;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem autorização do município por escrito;
- g) aceitar, nas mesmas condições fixadas na Ata de Registro de Preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- h) manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- i) cumprir as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados;
- k) atender prontamente às reclamações do município, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto fornecido com vícios, defeitos ou incorreções;
- l) assumir inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados na execução do objeto;
- m) substituir, de imediato, às suas expensas, os medicamentos que não se adequarem às especificações registradas na Ata;
- n) comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 Constituem obrigações do Município:

- a) notificar a Empresa Fornecedora, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos medicamentos;
- b) efetuar o pagamento na forma estipulada;
- c) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução da Ata de Registro de Preços;
- d) supervisionar a execução da Ata de Registro de Preços;
- e) zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

10.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a EMPRESA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

- a) **advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **Detentora da Ata de Registro de Preços** concorrido diretamente;
- b) **multa de 10%** (dez por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor total estimado para fornecimento dos materiais entregues com atraso, até o quinto dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea “c” deste item;
- c) **multa de 30%** (trinta por cento), sobre o valor total estimado para o fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, podendo, ainda, ser cancelada a Ata de Registro de Preços na forma da lei;
- d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.1.1. Se a EMPRESA FORNECEDORA ensejar o retardamento da execução da Ata, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

10.2. No caso de aplicação de qualquer das sanções previstas nesta Cláusula, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.3. A aplicação das sanções aqui previstas, não exclui a responsabilidade da EMPRESA FORNECEDORA inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao Município e/ou às unidades de recebimento.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e deverá ser paga ao Município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de sua aplicação ou poderão ser descontadas dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

11.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada pelo Município, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a EMPRESA:

- a) descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- b) não firmar contratos de fornecimento ou deixar de retirar Autorização de Fornecimento/notas de empenho, nos prazos previstos;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado.

11.2. Sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa, a presente Ata também poderá ser cancelada por razões de interesse público.

11.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 11.1 e 11.2 desta Cláusula, poderão ser feitas pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por *fac-símile*.

11.4. Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, complementando o rol de direitos e obrigações das partes, os seguintes documentos:

- a) Edital de PPRP nº ____/____ e seus anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA datada de: ____ de _____ de 2017, com as especificações e os elementos que o acompanham, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA **ESTADO DO PARANÁ**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por “TERMO ADITIVO”, que integrarão a Ata de Registro de Preços para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES

15.1. Ao firmar este instrumento, declara a EMPRESA FORNECEDORA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DO CONTRATO

16.1. A fiscalização da execução do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal da Ata de Registro de Preços o seu exercício.

16.2. A fiscalização da execução do contrato será realizada pelos membros da Comissão de Recebimento de mercadoria do Departamento de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Astorga-PR para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

17.2. A quantidade de materiais relacionada no quadro constante da Cláusula Primeira serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos mesmos, o preço permanecerá inalterado.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Astorga-PR, ___ de _____ de 2017.

MUNICÍPIO DE ASTORGA

EMPRESAS...

Testemunhas:

1) _____

Nome:

CPF nº

2) _____

Nome:

CPF nº